

Parecer de Comissão 1/2026

Protocolo 42820 Envio em 04/02/2026 09:52:06

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Ao Parecer do Tribunal de Contas nº **0002-2025**

Autor: **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Parecer Favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativo às contas do exercício 2023 do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, Processo TC-004561.989.23-7.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunindo seus membros nesta data, após ouvir os argumentos do nobre Vereador Relator, faz do competente Relatório o seu Parecer.

Portanto, esta Comissão emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Parecer do Tribunal de Contas nº 002-2025, referente ao processo TC-004561.989.23-7, ratificando a manifestação favorável do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo à aprovação das contas administrativas do Executivo Municipal referentes ao ano de 2023, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 4 de fevereiro de 2026.

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

RICARDO RIO MENEZES VILLARINO
Presidente da Comissão

CLEMENTE DA SILVA LIMA JUNIOR
Vice-Presidente

JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Secretário e Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Ao Parecer do Tribunal de Contas nº **0002-2025**

Autor: **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Parecer Favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativo às contas do exercício 2023 do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, Processo TC-004561.989.23-7.

RELATÓRIO

O Parecer referente ao processo TC-Parecer Favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativo às contas do exercício 2023 do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, Processo TC-004561.989.23-7, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como os anexos a ele vinculados, foram encaminhados a este relator para análise e Parecer quanto aos aspectos pertinentes.

Tal Parecer analisa as contas administrativas da Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista referentes ao período 01/01/2023 a 31/12/2023.

No **primeiro quadrimestre de 2023**, por meio dos Agentes de Fiscalização Financeira da Unidade Regional 4, consta relatório que trata do acompanhamento periódico contido aos do processo. Tal inspeção prévia visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Após análise de tais resultados, o Agente da Fiscalização da unidade regional de Marília – UR-4, constatou algumas irregularidades, conforme abaixo:

- Irregularidades/inadequações constatadas na fiscalização ordenada (Operação Educação – Fiscalização Ordenada Nacional);
- Falta de atuação específica, do Controle Interno, em relação ao registro/controle patrimonial dos bens imóveis nos relatórios de 2022;
- Existência de obra paralisada (Ginásio de Esportes Prof.º João Pereira Hortal);
- Histórico de baixo desempenho do IEG-M (planejamento das políticas públicas);
- Inexistência de setor para gestão/controle dos bens imóveis. - Não há formal designação de pessoa para gerir os bens imóveis/
- Ausência de registros imobiliários (controle patrimonial-administrativo);
- Falta de referência da data da última atualização no controle do cadastro imobiliário do setor de tributação (único cadastro disponível);
- Inexistência de normas tratando de procedimentos e responsabilidades afetas ao patrimônio (bens imóveis);
- Cadastro imobiliário do setor de tributação não contempla os imóveis rurais da Prefeitura;

- Ausência de procedimentos de confirmação/conferência dos registros realizados;
- Inexiste controle individual dos bens imóveis no registro contábil;
- Sistemas de controles não guardam confiabilidade/segurança;
- Não constatamos atuação do setor de Controle Interno especificamente sobre os registros/controles do patrimônio imobiliário;
- Não há um Inventário dos bens imóveis (cadastro patrimonial-administrativo);
- Cadastro imobiliário (único cadastro disponível) não contempla dados/informações importantes (valor contábil do imóvel e função de governo);
- Prejudicada a aferição da conformidade entre os registros patrimoniais disponíveis e a escrituração contábil;
- Os imóveis avaliados apresentaram algumas inadequações: desgaste de pintura, falta de finalização adequada em obras acessórias, de AVCB, de extintores de incêndio, falhas de projeto de obra/reforma, ausência de telas milimetradas na cozinha, banheiros inadequados e falta de manutenção adequada;
- Histórico de baixo desempenho do IEG-M (políticas públicas do ensino (i-Educ/IEG-M));
- As escolas visitas não possuem AVCB e existência de unidades de ensino que necessitavam de reparos;
- Queda de desempenho do IEG-M (políticas públicas do saúde (i-Saúde/IEG-M));
- Unidades de saúde sem AVCB e existência de unidades de saúde que necessitavam de reparos;
- Histórico de baixo desempenho do IEG-M (políticas públicas ambientais (i-Amb/IEG-M));
- Pontos irregulares de descarte de lixo;
- Falhas nos procedimentos afetos às áreas de risco;
- Não elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. - Plano Diretor não revisado;
- Bairros com vias públicas inadequadas (sem asfalto ou com buracos no asfalto), calçadas, guias/sarjetas e bueiros danificados, falta de sinalização e de rede de drenagem de água pluvial (na Rua Alegre);
- Passeios públicos sem piso/calçamento, presença de mato alto e detritos, falta de rampas de acesso;
- Área municipal com acúmulo de entulho;
- Escolas apresentaram inadequações, dentre as quais destacamos: rachaduras/trincas, vazamentos em forros e paredes, pintura desgastada, mofo, falta de segurança, falta de tela milimetrada em cozinhas, infiltrações em banheiros, AVCB inexistente ou vencido, banheiros inadequados, pisos desgastados, aparelhos de ar-condicionado adquiridos a mais de dez anos, nunca ligados por incompatibilidade da rede elétrica, extintores de incêndio vencidos, falta de acessibilidade;
- Unidade Básica de Saúde apresentaram inadequações, dentre as quais destacamos: falta de AVCB, extintores com prazo validade expirado e estado de conservação inadequado, equipamentos quebrados, infiltração, mofo, pintura

descascada, banheiros inadequados, chove dentro de algumas unidades, portões, lixeiras, aparelhos de ar-condicionado quebrados ou não instalados;

- Espaço destinado a Feira livre sem qualquer manutenção, banheiros depredados, local sujo;
- Centro de Referência da Assistência Social – CRAS II com inadequações, dentre eles, AVCB vencido e problemas no telhado;
- Ginásios de esporte com inadequações, dentre elas, falta de identificação na fachada, pintura da quadra danificada, banheiros inadequados, sem tampo, torneiras e com vazamentos/infiltrações;
- Parque Buracão com diversas irregularidades, dentre as quais destacamos: local com aspecto de abandono, banheiros depredados, quadra suja e sem manutenção;
- Resultado do período indica tendência ao não cumprimento de aplicação dos recursos do ensino (despesa liquidada e empenhada), com emissão de alertas pelo Sistema Audesp;
- Apurado déficit da execução orçamentária no período, considerando as despesas empenhadas.

Analisando o **segundo quadrimestre de 2023**, feita pela Agente de Fiscalização Financeira da Unidade Regional 4, cujo resultado consta no relatório contido nos autos do processo, constatou-se que, com relação aos assuntos tratados no relatório, foram notadas algumas irregularidades, conforme abaixo:

- Falhas/inadequações constatadas na Fiscalização Ordenada (Educação Infraestrutura e Programas Suplementares das Unidades Escolares);
- Existência de obras paralisadas no município;
- Necessidade de reforma e adequação nas escolas visitadas;
- Constatadas irregularidades na licitação/contrato e ocorrências na execução do ajuste selecionado;
- Resultado apurado no período indica tendência ao não cumprimento de aplicação do percentual do Fundeb (considerando as despesas empenhadas), com emissão de alertas pelo Sistema Audesp;
- Resultado do período indica tendência ao não cumprimento de aplicação do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação básica (considerando as despesas empenhadas), com emissão de alertas pelo Sistema Audesp;
- Apurado déficit da execução orçamentária no período, considerando as despesas empenhadas.

No **relatório da Fiscalização Final** emitido, em conclusão a seus trabalhos, destacou:

A.4. FISCALIZAÇÃO ORDENADA DO PERÍODO

- Irregularidades/inadequações constatadas nas Fiscalizações Ordenadas (Operação Educação – Fiscalização Ordenada Nacional, Resíduos Sólidos e Escolas em Tempo Integral).

A.6. OBRAS PARALISADAS

- Existência de obra paralisada (reforma do Ginásio de Esportes Prof. João Pereira Hortal) havendo encerramento do convênio.

3.4. APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB

- Apuração de despesas empenhadas com Fundeb acima de 100%, devendo a Origem averiguar seus registros contábeis.

5.1. ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

- Apurado déficit da execução orçamentária no período, considerando as despesas empenhadas.

Em sua conclusão, a Fiscalização apontou as seguintes ocorrências no Relatório Final:

- Permanência de parte das irregularidades detectadas nas Fiscalizações Ordenadas Nacional (EMEF Coronel Antonio Nogueira), Resíduos Sólidos, e Escolas em Tempo Integral (EMEI Prof.^a Maria Antônia Torres Gobbi Alfredo).

- Controle Interno é instituído com designação de função gratificada.

- Falta de atuação específica, do Controle Interno, em relação ao registro/controle patrimonial dos bens imóveis.

- Índice de efetividade na dimensão (C+) em adequação.

- Foram destacadas ocorrências (nem todos os indicadores do PPA são mensuráveis; Relatório de Atividades sem detalhamento específico do que se pretendia realizar, prejudicando o acompanhamento e denotando fragilidade no planejamento; LOA com percentual para abertura de créditos adicionais acima da inflação) que comprometem o aprimoramento dos serviços públicos colocados à disposição da população e, por conseguinte, a eficiência/eficácia das políticas públicas correlacionadas.

- Inexistência de setor para gestão/controle dos bens imóveis. - Não há formal designação de pessoa para gerir os bens imóveis.

- Ausência de registros imobiliários (controle patrimonial-administrativo).

- Falta de referência da data da última atualização no controle do cadastro imobiliário do setor de tributação (único cadastro disponível).

- Inexistência de normas tratando de procedimentos e responsabilidades afetas ao patrimônio (bens imóveis).

- Cadastro imobiliário do setor de tributação não contempla os imóveis rurais da Prefeitura.

- Ausência de procedimentos de confirmação/conferência dos registros realizados.

- Inexiste controle individual dos bens imóveis no registro contábil.

- Sistemas de controles não guardam confiabilidade/segurança.

- Não constatamos atuação do setor de Controle Interno, especificamente sobre os registros/controles do patrimônio imobiliário.

- No exercício de 2023, não havia Inventário dos bens imóveis (cadastro patrimonial-administrativo).

- Cadastro imobiliário (único cadastro disponível) não contempla dados/informações importantes (valor contábil do imóvel e função de

governo).

- Prejudicada a aferição da conformidade entre os registros patrimoniais disponíveis e a escrituração contábil.

- Foram feitas algumas adequações em alguns imóveis revisitados, porém, em outros ainda perduram os problemas encontrados que são: desgaste de pintura, falta de AVCB, imóveis deteriorados, ausência de telas milimetradas na cozinha, banheiros inadequados e falta de manutenção adequada.

- As inadequações constatadas obstam o atingimento de metas propostas pela Agenda 2030 – ODS (reincidência).

- Índice de efetividade na dimensão (C+) em adequação (políticas públicas do ensino).

- Foram destacadas ocorrências (piso salarial dos professores municipais é inferior ao piso nacional; estabelecimentos de Creche com mais de 13 alunos por turma; falta de AVCB; necessidade de reparos/manutenção – confirmada na Fiscalização Operacional e Ordenadas) que comprometem o aprimoramento dos serviços públicos colocados à disposição da população e, por conseguinte, a eficiência/eficácia das políticas públicas correlacionadas, bem como o atingimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU (Agenda 2030).

- Unidades de saúde sem AVCB e existência de unidades de saúde que necessitavam de reparos.

- Resposta retificada por esta Fiscalização na validação.

- As inadequações constatadas obstam o atingimento de metas propostas pela Agenda 2030 – ODS (reincidência).

- Foram destacadas ocorrências (não possui o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC; existência de pontos de descarte irregular de lixo – situação constatada durante a inspeção) que comprometem o aprimoramento dos serviços públicos colocados à disposição da população e, por conseguinte, a eficiência/eficácia das políticas públicas correlacionadas, bem como o atingimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU (Agenda 2030).

- Resposta retificada por esta Fiscalização na validação (políticas públicas de infraestrutura).

- Foram destacadas ocorrências (parte do calçamento público não possui acessibilidade; parte das vias não estava devidamente sinalizadas e/ou não tinha manutenção adequada) que comprometem o aprimoramento dos serviços públicos colocados à disposição da população e, por conseguinte, a eficiência/eficácia das políticas públicas correlacionadas.

- Plano Diretor ainda não revisado.

- Bairros com vias públicas inadequadas (sem asfalto ou com buracos no asfalto), calçadas, guias/sarjetas e bueiros danificados, falta de sinalização e de rede de drenagem de água pluvial.

- Passeios públicos sem piso/calçamento, presença de mato alto e detritos e falta de rampas de acesso.

- Área municipal com acúmulo de entulho.

- Escolas apresentaram inadequações, dentre as quais

destacamos: rachaduras/trincas, vazamentos em forros e paredes, pintura desgastada, mofo, falta de segurança, falta de tela milimetrada em cozinhas, infiltrações em banheiros, AVCB inexistente ou vencido, banheiros inadequados, pisos desgastados, aparelhos de ar-condicionado adquiridos a mais de dez anos, nunca ligados por incompatibilidade da rede elétrica, extintores de incêndio vencidos e falta de acessibilidade.

- Unidade Básica de Saúde apresentaram inadequações, dentre as quais destacamos: falta de AVCB, extintores com prazo validade expirado e estado de conservação inadequado, equipamentos quebrados, infiltração, mofo, pintura descascada, banheiros inadequados, entrada de chuva em determinados espaços, e portões, lixeiras e aparelhos de ar-condicionado quebrados ou não instalados.

- Centro de Referência da Assistência Social – CRAS II com inadequações, dentre eles, AVCB vencido e problemas no telhado.

- Ginásios de esporte com inadequações, dentre elas, falta de identificação na fachada, pintura da quadra danificada, banheiros inadequados, sem tampo, torneiras e com vazamentos/infiltrações.

- Parque Buracão com diversas irregularidades, dentre as quais destacamos: local com aspecto de abandono, banheiros depredados, quadra suja e sem manutenção.

- Ginásio de Esporte Zé do Pito – Contratação de empresa para reforma, com execução dos serviços em atraso.

- As inadequações constatadas obstam o atingimento das metas propostas pela Agenda 2030 (ODS).

- Estagnação em baixo índice “C” nesta dimensão do IEG-M, evidenciando a necessidade de adoção de medidas para corrigir impropriedades (reincidência).

- Foram destacadas ocorrências (não definiu formalmente as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação; inexistência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI; ausência de Política de Segurança da Informação; não foram adotadas medidas de segurança de proteção de dados pessoais de acessos não autorizados) que comprometem o aprimoramento dos serviços públicos colocados à disposição da população e, por conseguinte, a eficiência/eficácia das políticas públicas correlacionadas, além do atingimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU (Agenda 2030).

- O TJSP atestou insuficiência de depósito dos Precatórios.

- Implementação parcial das medidas indicadas na Avaliação Atuarial para equacionamento do déficit atuarial.

- Inexistência de regulamentação das atribuições dos cargos em comissão (reincidência).

- Inexistência de requisito/escolaridade para nomeação dos cargos comissionados (reincidência).

- Realização excessiva e contumaz de horas extras por parte de alguns servidores do Órgão, descaracterizando eventualidades capazes de justificar o vulto de tais despesas.

- Permanência de funcionários em desvio de função, matéria reincidente.

- O Município não atendeu às condicionalidades para habilitar-se ao recebimento da complementação do VAAR (FUNDEB).

- O Município não cumpriu o piso nacional do magistério público da educação básica no exercício em exame.

- O Conselho não supervisionou o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual.

- Divergência entre os dados da Origem e aqueles prestados ao Sistema Audesp/IEG-M (reincidência).

- Nas análises comparativas dos quesitos do IEG-M com os ODS foram constatadas diversas inadequações às metas propostas pela Agenda 2030.

- Descumprimento de recomendações desta Corte de Contas.

A **Assessoria Técnica Jurídica (ATJ)** apresentou sua conclusão no sentido da aprovação das contas em exame, com recomendação para que regularize os seguintes apontamentos constatados no relatório da Fiscalização:

Irregularidades remanescentes após inspeção ordinária 'in loco' na EMEF Coronel Antonio Nogueira.

Irregularidades remanescentes após inspeção ordinária 'in loco' na EMEI Prof.^a Maria Antônia Torres Gobbi Alfredo.

B.3. Piso Salarial dos Professores; Turmas de Creche; Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB); Reparos e Manutenção.

D.1.2. Condicionais do FUNDEB.

D.1.3. Piso Nacional do Magistério.

D.1.4. Supervisão do Censo Escolar; Proposta Orçamentária Anual.

B.4. Obtenção e Manutenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB); Reparos e Manutenção das Unidades de Saúde; Controle de Pragas e Higienização; Manutenção da Rede Elétrica; Monitoramento e Avaliação Contínua.

O **Ministério Público de Contas**, por meio de seu Procurador de Contas manifestou-se pela emissão de **parecer prévio desfavorável** às contas de 2023, em especial, pelos seguintes motivos:

1. Item C.1.5.1 – pagamento insuficiente dos débitos judiciais devidos no período;

2. Item B.2 – fragilidade operacional das políticas públicas do setor de educação, em prejuízo à dimensão qualitativa dos investimentos constitucionais obrigatórios (artigo 212 da CF/88);

3. Item B.6 – fragilidade operacional das políticas públicas do setor de infraestrutura, evidenciando descaso com a mobilidade urbana e desatendendo as imposições dos artigos 182 e 225 da Constituição Federal;

4. Item C.1.10.2 – pagamento habitual e expressivo de horas extras, podendo acarretar prejuízos à saúde e segurança dos servidores e até mesmo de terceiros, e, também, ônus ao erário, diante de eventuais ações trabalhistas; e

5. Item D.1.3 – inobservância do piso salarial nacional do Magistério, em afronta ao artigo 206, VIII, da Constituição Federal e aos artigos 2º, § 1º, e 6º da Lei Federal nº 11.738/2008.

Ademais, impende que a Administração adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 71, inc. IX, da Constituição Federal e art. 33, inc. X, da Constituição Estadual) e aprimore a gestão nos seguintes pontos:

1. Item A.4 – corrija a totalidade das falhas verificadas por ocasião das fiscalizações ordenadas realizadas no período;

2. Item A.5 – aprimore a atuação do Sistema de Controle Interno, observando as orientações do Manual “Controle Interno”¹¹, tendo em vista fiel cumprimento do disposto no artigo 74 da CF/88;

3. Item B.1 – fortaleça o planejamento e a gestão patrimonial, de modo a assegurar transparência, conformidade contábil e conservação adequada dos bens municipais;

4. Item B.3 – corrija as falhas relacionadas à gestão do ensino, sobretudo, no que se refere à observância ao piso nacional do magistério, a adequação do número de alunos por turma nas creches municipais, a expedição de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para as unidades de ensino, e a realização dos reparos estruturais necessários;

5. Item B.4 – providencie a expedição de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para todas as unidades de saúde do Município;

6. Item B.5 – elabore o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC e adote medidas eficazes para coibir o descarte irregular de lixo;

7. Item B.6 – implemente medidas estruturais que assegurem acessibilidade, sinalização, manutenção adequada das vias e espaços públicos, bem como a regularize as condições de segurança e conservação de escolas, unidades de saúde e equipamentos comunitários, a fim de elevar a efetividade da gestão urbana e garantir a qualidade dos serviços prestados;

8. Item B.7 – adote medidas estruturantes na área de Tecnologia da Informação, com a definição formal das atribuições dos servidores, elaboração do Plano Diretor de TI, instituição de Política de Segurança da Informação e implementação de controles de proteção de dados, de modo a superar a estagnação no índice de efetividade, buscando fortalecer a governança digital;

9. Item C.1.7.3 – adote integralmente as medidas indicadas na Avaliação Atuarial, a fim de assegurar o adequado equacionamento do déficit atuarial e a sustentabilidade financeira do regime próprio de previdência;

10. Item C.1.10 – defina, por instrumento legal, as atribuições dos cargos de livre provimento e exoneração, e os requisitos para a sua ocupação, de forma que se possa aferir a sua conformidade com as determinações constitucionais (art. 37, inc. V, CF/88);

11. Item C.1.10.3 – regularize a situação dos servidores em desvio de função;

12. Item D.1.2 – adeque-se às condicionalidades para habilitação à complementação VAAR (art. 14 da Lei nº 14.113/2020);

13. Item D.1.4 – garanta que o Conselho de Acompanhamento

e Controle Social do Fundeb exerça efetiva supervisão sobre o censo escolar anual e participe da elaboração da proposta orçamentária, assegurando planejamento educacional adequado e alinhamento entre diagnóstico e alocação de recursos;

14. Item E.2 – alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos;

15. Item F.1 – imprima os esforços necessários ao cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU;

16. Item F.2 – atenda às Instruções e deliberações da Corte de Contas.

Em 30-09-2025 a **Segunda Câmara do TCE** apresentou seu relatório, com voto pela emissão de parecer favorável às contas de 2023 da Prefeitura Municipal de PARAGUAÇU PAULISTA.

Determinando, à margem do parecer, recomendações para atenção aos seguintes pontos:

- corrija as falhas remanescentes verificadas nas fiscalizações ordenadas relativas a Resíduos Sólidos e Escola em Tempo Integral;
- observância ao piso nacional do magistério;
- a adequação do número de alunos por turma nas creches municipais, a expedição de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para as unidades de ensino, e a realização dos reparos estruturais necessários;
- adote medidas para dar plena e eficaz funcionalidade ao sistema de Controle Interno;
- fortaleça o planejamento e a gestão patrimonial, de modo a assegurar transparência, conformidade contábil e conservação adequada dos bens municipais;
- atente-se aos limites legais/contábeis de cada fonte de receita quando proceder à abertura de créditos adicionais;
- corrija as diversas impropriedades apontadas pelo IEG-M, especialmente nas áreas de Educação, Planejamento e Tecnologia da Informação;
- limite o pagamento de horas extras a situações excepcionais, devidamente comprovadas;
- alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, observando também o Comunicado SDG 34/2009;
- corrija a situação de servidores em desvio de função, obedecendo ao princípio do concurso público (art. 37, inc. II, da Constituição Federal);
- defina em lei as atribuições dos cargos em comissão, para que se possa aferir o cumprimento do art. 37, V, da CF/88;
- promova alterações na Lei Municipal nº 1.968/1997, para que constem expressamente índices de correção monetária e juros remuneratórios e/ou de mora em casos de atraso nos pagamentos;
- atenda às condicionalidades estabelecidas no art. 14 da Lei 14.113/2020 objetivando habilitar o município a receber a complementação do VAAR;
- implemente o serviço social na rede pública escolar compondo equipes multiprofissionais, nos termos da Lei nº 13.935/2019;
- informe com fidedignidade os dados encaminhados ao Sistema AUDESP;

- atenda às Instruções e às recomendações deste E. Tribunal.

Dessa forma, em Sessão de 22/10/2025, a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo emitiu **Parecer Favorável**, considerando como definitivos os seguintes resultados contábeis:

- Aplicação no ensino: 29,35%
- Recursos do FUNDEB: 100 %
- Magistério - FUNDEB: 80,06 %
- Despesas com pessoal: 42,73 %
- Aplicação na saúde: 22,14 %
- Superavit orçamentário: R\$ 4.619.621,23
- Transferências ao Legislativo: Regular

No que tange à competência, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo atua na fiscalização contábil, financeira orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de São Paulo e de seus Municípios, bem como na das respectivas entidades de administração direta ou indireta e na das fundações por eles instituídas ou mantidas, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

De praxe, a coleta de informações pelo TCESP é efetuada mediante o sistema AUDESP, cujos dados são encaminhados àquele órgão via internet pelo órgão público, e também, mediante fiscalização anual *in loco* que dá origem a relatório próprio.

Assim, o Relator Renato MARTINS COSTA, votou pela emissão de Parecer Favorável às contas da Prefeitura Municipal de PARAGUAÇU PAULISTA, relativas ao exercício de 2023, sem embargo de advertências e recomendações ao Executivo.

Diante de todo o exposto, avalio estar apropriada a manifestação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que sugere a aprovação das contas do Executivo Municipal na gestão 2023.

VOTO DO RELATOR

Analizados todos os aspectos que me competem, apresento meu **VOTO FAVORÁVEL** ao Parecer do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o qual contém manifestação favorável à provação das contas do Executivo Municipal referentes ao ano de 2023.

Palácio Legislativo Água Grande, 4 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Relator

